



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Robson Marinho

Segunda Câmara
Sessão: 4/12/2012

57 TC-002761/026/10 - CONTAS ANUAIS

Prefeitura Municipal: Sorocaba.

Exercício: 2010.

Prefeito(s): Vitor Lippi.

Período(s): (01-01-10 a 10-01-10), (25-01-10 a 19-04-10), (26-04-10 a 08-10-10), (16-10-10 a 14-11-10) e (21-11-10 a 24-12-10).

Substituto(s) Legal(is): Vice-Prefeito - José Ailton Ribeiro.

Período(s): (11-01-10 a 24-01-10), (09-10-10 a 15-10-10), (15-11-10 a 20-11-10) e (25-12-10 a 31-12-10).

Substituto(s) Legal(is): Presidente da Câmara - Mario Marte Marinho Junior.

Período(s): (20-04-10 a 25-04-10).

Advogado(s): Janaína de Souza Cantarelli, Marcelo Palavéri, Francisco Antonio Miranda Rodriguez, João Benedito Martins, e outros.

Acompanha (m): TC-002761/126/10 e Expediente(s): TC-001649/009/10, TC-035673/026/10, TC-000418/009/11, TC-000855/009/11, TC-001273/009/11, TC-001274/009/11, TC-001282/009/11, TC-001832/009/11, TC-001833/009/11, TC-001834/009/11, TC-002062/009/11 e TC-000003/009/12.

Fiscalizada por: GDF-9 - DSF-I.

Fiscalização atual: GDF-6 - DSF-I.

Sustentação oral proferida em sessão de 06-11-2012.

PEDIDO DE VISTA DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Declaração de voto

Senhores Conselheiros,

Pedi vista dos autos para examinar em detalhe a questão que motivou o voto desfavorável proferido pelo eminente auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, ou seja, a infringência ao artigo 212 da Constituição Federal.

Pois bem, pelo que pude observar, o índice então registrado pelo eminente relator - 23,84% da receita de impostos e transferências - foi obtido, principalmente, em virtude da exclusão promovida pela equipe de fiscalização dos valores correspondentes aos empenhos relativos aos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Robson Marinho

restos a pagar inscritos em 31/12/2010, porém liquidados após 31/1/2011 (R\$ 15.209.835,85)¹.

Embora tal exclusão esteja de acordo com a jurisprudência da Casa, pode constatar que, no caso das contas de Sorocaba, tais valores também não foram considerados no cômputo das despesas com o setor educacional no exercício de 2011, como se pode verificar no relatório de fiscalização referente ao TC 1233/026/11 e que se encontra disponibilizado na nossa rede interna.

Sendo assim, como os restos a pagar inscritos em 2010, não liquidados após 31/1/2011 (exercício em exame), comprovadamente não foram computados no cálculo do percentual aplicado em 2011, devem ser considerados nestas contas, sob pena de se consumir situação absurda, de não computar esses valores nem nas contas de 2010 (quando as despesas foram inscritas), nem nas do exercício de 2011 (quando elas foram pagas).

Aliás, esse caso guarda absoluta identidade com os processos TC-1630/026/08 (PM de Jundiaí); TC-223/026/09 (PM Carapicuíba); TC-002078/026/08 (PM São José dos Campos); TC-002103/026/08 (PM Vargem Grande do Sul); e TC-002208/026/07 (PM de Assis), nos quais também foram incluídos os restos a pagar do exercício, ainda que liquidados em período posterior a 31 de janeiro do exercício subsequente.

Nestes termos, permito-me conferir a estas contas a mesma solução.

Posto isso e com base na manifestação do setor de cálculos de ATJ (fls. 229), que atestou que dos empenhos inscritos em restos a pagar então glosados pela fiscalização, a quantia de **R\$ 11.016.080,35** foi comprovadamente liquidada entre os meses de fevereiro e abril de 2011, considero que o índice de 23,84% consignado no voto do então relator se eleva para **25,36%**² da receita

¹ Relatório de fiscalização - fls. 53.

²

Receita de Impostos	723.330.633,09	100%
---------------------	----------------	------



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Robson Marinho

resultante de impostos e transferências, atendendo, pois, o artigo 212 da Constituição Federal.

Nessas circunstâncias, voto pela emissão de **parecer favorável** às contas da Prefeitura Municipal de Sorocaba, relativas ao exercício de 2011.

Aplicação no ensino validada pelo órgão instrutivo(*) vide nota explicativa a seguir	166.623.052,63	23,04%
(+) Despesas inicialmente glosadas, que no entendimento desta Assessoria Técnica poderão ser reconsideradas:		
➤ rendimentos de contas bancárias da Educação (recursos adicionais) - item "I.1"	458.340,84	
➤ folha de pagamento e encargos de janeiro/2011 (recursos próprios) - item "I.2"	4.204.732,44	
➤ material escolar - item "I.3.1"	852.303,30	
➤ <u>Subvenções concedidas às seguintes Entidades:</u>		
• AMAS Associação Amigos dos Autistas de Sorocaba - item "I.4.a"	180.000,00	
• Lar Espírita Ivan Santos de Albuquerque - item "I.4.b"	107.640,00	
(=) Aplicação no ensino apurada por esta Assessoria	172.426.069,21	23,84%
(+) Restos a Pagar quitados no período de fevereiro a abril de 2011	11.016.080,35	
(+) Aplicação considerando os Restos a Pagar quitados até abril/2011	183.442.149,56	25,36%